

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

DEZEMBRO/2020



Conteúdo

RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)**

Nota 1 - Contexto operacional

1.1. Denominação, Natureza, Sede e Duração

A Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial tem sede e administração na Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco, com endereço no Engenho Genipapo, zona rural, CEP 55.870-000, podendo abrir filiais, agências, escritórios e quaisquer demais estabelecimentos em qualquer parte do País, a critério dos sócios que representam a maioria do capital social. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

A Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial é uma sociedade limitada e tem como atividade operacional preponderante: a) a produção agrícola em geral, a industrialização e comercialização, exportação de inseticida natural de “neem” (neemseto), torta natural de “neem” (neemtorta), óleo natural de “neem” (neemóleo), pomada natural de “neem” (neempasta), folha natural de “neem” (neemfolha), sementes selecionadas de “neem”, madeiras de “neem” e mudas de plantas de “neem”, importação e comercialização de produtos agrícolas, nacionais e estrangeiros, bem como as atividades agroindustriais relacionadas com a produção de “neem”; b) A participação no capital de outras empresas, como sócia quotista ou acionista, seja qual for o seu objetivo.

1.2. Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial são elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira que se aplicam as sociedades em curso normal de suas atividades operacionais. No exercício de 2016, a Companhia paralisou as atividades operacionais.

A Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2018, apresenta uma liquidez geral negativa no montante de R\$ 1.910.903 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 1.640.368 e não apresenta projeção de caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações e encontra-se em recuperação judicial.



1.3. Recuperação judicial

A Usina Cruangi S/A ajuizou ação de recuperação judicial em 22 de fevereiro de 2013, tendo o feito sido distribuído à 1ª Vara Cível de Timbaúba - PE, onde recebeu o nº 0000282-61.2013.8.17.1480. A ação foi ajuizada em nome do Grupo Econômico composto pelas sociedades Usina Cruangi S/A, Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda., Palma Santa Administração S/A, Negocial de Administração Ltda., Goiana Participações Ltda. e Cruangi Neem do Brasil Ltda. Cumpridas as exigências legais, o processamento da recuperação foi deferido em 05 de março de 2013, em decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005.

Em 04 de novembro de 2014 houve a apresentação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Cruangi. Na data de 07 de novembro de 2014 realizou-se a Assembleia Geral de Credores, cujo plano foi devidamente aprovado pela maioria dos credores.

O plano de recuperação judicial foi homologado pelo Juízo Universal, cuja sentença foi publicada em 28 de março de 2015, concedendo a Recuperação Judicial do Grupo Cruangi. A Companhia foi incluída no processo de recuperação judicial por fazer parte do Grupo Cruangi.

As ações do plano de recuperação podem se assim destacadas:

- a) Arrendamento de ativos - Poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do plano de recuperação;
- b) Alienação de ativos e Unidades Produtivas Isoladas (UPI);
- c) Terceirização da produção de açúcar e etanol;
- d) Reorganização societária e associações;
- e) Reestruturação operacional - Possibilidade de novas oportunidades de negócios;
- f) Reorganização administrativa e adoção de práticas de governança corporativa;
- g) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas de seus devedores; e



h) Novação da dívida do passivo, equalização dos encargos financeiros e outras avenças.

A gestão do GRUPO CRUANGI direcionará todos os esforços para recuperar-se economicamente e financeiramente; bem como, no posicionamento de mercado, visando potencializar suas atividades através da manutenção ou restabelecimento das relações comerciais com os fornecedores da Companhia.

Para compatibilizar o valor da dívida com a capacidade de geração de caixa, será necessário um deságio sobre os créditos inscritos na relação geral de credores; bem como, concessão de carência e parcelamento dos pagamentos.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2. Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para a emissão pela administração da Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, considerando os eventos subseqüentes ocorridos até essa data.

2.3. Principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:



2.3.1. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela exerce sua atividade (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional.

2.3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

2.3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros com contas a receber inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado), quando aplicável, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha do direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar com associadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos - quando aplicável.

Capital social

Quotas do capital - são classificadas como patrimônio líquido.

2.3.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- a) Bens móveis, compreendendo: máquinas e equipamentos, máquinas e implementos agrícolas, veículos e móveis e utensílios. A sociedade não mantém um controle para os bens móveis.
- b) A depreciação dos bens móveis é calculada e registrada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 5.



2.3.5. Ativo biológico

Lavoura de neem (planta portadora), compreendendo: safra fundada dos anos de 2008 a 2015. A sociedade mantém um acompanhamento da safra fundada por meio de planilhas eletrônicas. A lavoura de neem está plantada em áreas (engenhos) pertencentes a Usina Cruangi S/A - Em Recuperação Judicial.

A taxa de amortização da safra fundada, foi determinada pela administração em função da vida útil da planta portadora, estimada em 20 anos. O percentual da taxa de amortização anual é contabilizado em função da colheita/moagem do neem.

2.3.6. Ativos e passivos circulantes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulantes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicáveis, incluem os encargos incorridos até a data das demonstrações contábeis.

2.3.7. Patrimônio líquido

É representado pelo saldo remanescente do exercício social anterior e inclui as alterações ocorridas durante o exercício de 2018.

2.3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de aplicações financeiras, descontos obtidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.



As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre operações bancárias e encargos com fornecedores.

2.3.10. Tributação

Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e informações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das informações acessórias.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados às combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Nota 3 - Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Duplicatas a receber	20.352	20.352
(-) Perdas c/ créd. liq. duvidosa	(20.352)	(20.352)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das contas a receber é oriundo de exercícios anteriores.



Nota 4 - Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ICMS a recuperar	<u>3.744</u>	<u>3.744</u>
	<u>3.744</u>	<u>3.744</u>

No exercício de 2018, o saldo do ICMS a recuperar é oriundo de exercícios anteriores.



Nota 5 - Imobilizado
a) Conciliação do valor contábil

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Aquisição do Período	2018		Deprec./Amort. Acumulada	Valor Líquido	2017
				Baixa/ Transferência	Deprec./Amort. do Período			Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	34.000				(34.000)		
Máq. e implem. Agrícolas	10%	12.294			(1.434)	(11.349)	945	2.379
Veículos	20%	14.392				(14.392)		
Móveis e utensílios	10%	3.338				(3.338)		
Instrumentos e ferramentas	10%	598					598	598
		64.622			(1.434)	(63.079)	1.543	2.977



- b) A Companhia não possui um sistema de gestão patrimonial informatizado para controlar os bens móveis.
- c) No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários da Usina Cruangi S/A, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis das sociedades que compõem o Grupo Cruangi, inclusive a Companhia.

Nota 6 - Ativo biológico

	2018	2017
Lavoura de cana - safra fundada	395.686	395.686
Exaustão acumulada	(128.564)	(108.630)
	267.122	287.056

No exercício de 2018 a Companhia utilizava para o cultivo do Neem (planta portadora) 239,68ha de terras de engenhos de propriedade da Usina Cruangi S/A.

Nota 7 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2018	2017
FGTS a recolher	15.292	15.292
Pró-labore	24.046	24.046
Imposto sindical	10.714	10.714
	50.052	50.052



Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do FGTS a recolher, do pró-labore a pagar e do imposto sindical, é remanescente do exercício anterior.

Nota 8 - Parcelamento tributário

	2018	2017
REFIS - Cód. 4750 - Débitos não previdenciários - RFB (i)	1.416	1.416
Parcelamento PERT - Cód. 5190 (ii)		6.890
Parcelamento PERT - Cód. 1734 - DD 1562272 (ii)	23.952	36.302
Parcelamento PERT - Cód. GPS 4141/4308 (ii)	34.105	47.149
Parcelamento PERT - Cód. 1734 - DD 1562413 (ii)	120.777	133.283
	180.250	225.040
Passivo circulante	38.964	44.790
Passivo não circulante	141.286	180.250
Total	180.250	225.040

- (i) Em 28 de novembro de 2014, a Companhia efetuou a consolidação de modalidade de parcelamento da Lei nº 12.996/2014 de débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil e de débitos previdenciários no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Nos exercícios de 2015 e 2016, não houve continuidade no processo de parcelamento dos débitos tributários.
- (ii) No exercício de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), para parcelar débitos inscritos na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).



Nota 9 - Outras contas a pagar

	2018	2017
Outras contas a pagar	59.696	59.696
	59.696	59.696

Na data das demonstrações contábeis, o saldo das outras contas a pagar estava em processo de conciliação e análise, para fins de regularização e/ou reclassificação.

Nota 10 - Partes relacionadas

	Saldo em 31/12/2017	Adições/Baixas	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2018
Passivo Não Circulante				
Contas correntes com controladora/ligada:				
Usina Cruangi S/A (a)	1.010.548	29.181		1.039.729
Usina Maravilhas S/A (b)	339.545			339.545
Samasa Santa Maria Energética e Agroperuária Ltda. (c)		16.660		16.660
	1.350.093	29.181		1.395.934
Adiantamentos recebidos de acionistas:				
Cláudia Maria Queiroz Chaves (c)	84.883			84.883
Patrícia Maria Queiroz Chaves (c)	20.832			20.832
	105.715			105.715
	1.455.808	29.181		1.501.649

(a) A Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial é controlada pela Usina Cruangi S/A - Em Recuperação Judicial que detém 96,00% das quotas do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo com a parte relacionada Usina Cruangi S/A refere-se a contrato de mútuo firmado com a finalidade de transferência de recursos para gastos gerais de implantação de projetos com o Neem e outras despesas inerentes às atividades da safra 2010/2011 e 2011/2012. O contrato de mútuo será remunerado de acordo com a variação do IGPM.

(b) O pessoal-chave da administração da Usina Maravilhas S/A são acionistas controladores da sociedade Negocial de Administração Ltda. - Em Recuperação Judicial, que por sua vez controla a Usina Cruangi S/A - Em Recuperação Judicial. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo com a parte relacionada Usina Maravilhas S/A é oriundos em exercícios anteriores.



(c) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo com a parte relacionada refere-se a empréstimos de pessoas jurídicas.

Nota 11 - Provisão para contingências

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contingências trabalhistas	122.986	122.986
	122.986	122.986
Passivo circulante		
Passivo não circulante	122.986	122.986
Total	122.986	122.986

Em 31 de dezembro de 2018 a provisão para contingências trabalhistas, corresponde a 08 (oito) processos que na data de autorização para emissão das demonstrações contábeis estavam em fase de execução.

Nota 12 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) integralmente realizado, dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma delas.

Nota 13 - Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui práticas de gerenciamento de risco não formalizada, que visam orientar em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Assim, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.



Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente o contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de mercado

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.



Nota 14 - Provisão para IRPJ e CSLL

A Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 22.376 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, por consequência, não apurou imposto de renda e contribuição social a pagar.

Nota 15 - Cobertura de Seguros (Não Auditado)

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía contratos de seguros em vigor, em montantes suficientes para cobrir eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil, etc., considerando a natureza de sua atividade.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência ou não da cobertura de seguros, a qual deve ser determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Nota 16 - Eventos subsequentes

A administração da sociedade considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2018 até a data da autorização para conclusão das referidas demonstrações contábeis, cujos fatos relevantes estão destacados a seguir:

16.1. Contingências passivas

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, a administração da Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial solicitou dos assessores jurídicos, uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota.

- a) Ações trabalhistas: Em relação as ações trabalhistas, foi informada uma posição para a data base de 01 de julho de 2020, com o prognóstico de perda provável no montante de R\$ 218.237,53, correspondendo a 8 (oito) processos que estão em fase de execução. Esses processos foram impetrados a partir do exercício de 2012.



A administração da Cruangi Neem do Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial entende que, diante do relatório dos assessores jurídicos e da data de constituição das ações trabalhistas, a provisão para contingência trabalhista será consignada nos registros contábeis de acordo com o exercício em que as ações foram impetradas judicialmente. A administração está monitorando e avaliando os resultados dessas ações.

- b) Ações cíveis: Na data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, existiam ações cíveis tramitando no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e na Justiça Federal em Pernambuco, envolvendo a Companhia:

Processo Número	Assunto	Situação atual
0000142-77.2016.4.05.8306	Execução Fiscal	Em andamento
0800008-80.2017.4.05.8306	Embargos à Execução Fiscal	Em andamento
0800247-84.2017.4.05.8306	Execução Fiscal	Suspensa
0807370-02.2018.4.05.8306	Embargos à Execução Fiscal	Em andamento
0001931-61.2013.8.17.1480	Execução fiscal	Em andamento
0000101-55.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0000102-40.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0002013-24.2015.8.17.1480	Pagamento	Em andamento
0000978-04.2019.8.17.3480	Indenização p/ dano moral	Em andamento
0004805-16.2020.8.17.9000	Administração judicial	Em andamento
0012967-68.2018.8.17.9000	Concurso de credores	Em andamento
0012957-24.2018.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0007814-88.2017.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0003928-86.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0005250-44.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0001021-41.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento

- c) Ação cautelar fiscal: No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários da Usina Cruangi S/A, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis das sociedades que compõem o Grupo Cruangi, dentre elas a Companhia. Até a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, a ação ainda estava em andamento.

16.2. Recuperação judicial

Em 22 de maio de 2020, foi deferido pelo Juízo Universal o pleito das Recuperandas para homologar os negócios jurídicos de dação em pagamento firmados em cumprimento ao plano de recuperação judicial, ao passo que declarou ainda a inexistência de sucessão dos credores adquirentes nas obrigações das Recuperandas e dispensou a apresentação de certidões negativas de débitos para alienação e registro definitivo das dações em pagamento, nos termos do art. 60, parágrafo único da Lei nº 11.101/2005.

